



## O TRABALHO COM GRAMÁTICA EM UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA<sup>1</sup>

*Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia<sup>2</sup>*

**INTRODUÇÃO:** A pesquisa estuda as possibilidades de contribuição da Análise do Discurso (AD) para a abordagem gramatical em sala de aula na perspectiva do funcionamento da língua como produção de sentidos. Para tanto, analisa o funcionamento discursivo de categorias ligadas aos processos determinativos, tais como adjetivos, orações adjetivas, apostos, nominalizações, artigos, pronomes possessivos e pronomes demonstrativos, propondo, a partir disso, uma metodologia que as aborde em uma perspectiva não classificatória. Entende-se que esse movimento pode dar mais consequência ao trabalho com língua portuguesa, na medida em que constitui um modo de se “olhar” as formas da língua a partir de uma dimensão interpretativa. No entremeio dessa relação estão os discursos, objeto de análise da AD, materializados pelo lingüístico, através de textos. A AD, que também se insere no conjunto de teorias cuja centralidade não se encontra na estrutura da língua, propõe que a língua seja abordada na dimensão da historicidade, que lhe é constitutiva, e por isso considera-a como possibilidade de acesso a discursos. As estruturas lingüísticas funcionam, desse modo, como lugar de incidência, materializações do discursivo. É por elas que se chega aos processos discursivos. Nessa perspectiva, a língua é concebida como não autônoma, porque afetada pela historicidade, e disso a impossibilidade de tratar da estrutura pela estrutura. O que se propõe, neste estudo, é uma abordagem que considera o modo como os discursos são produzidos e o estatuto que o lingüístico estabelece na relação com o discursivo. **MÉTODOS:** A pesquisa realiza-se a partir de revisão bibliográfica, com mapeamento das noções teóricas que dão suporte às análises. Também estuda as noções gramaticais entendidas como possíveis de dar visibilidade a processos discursivos. Para tanto, o olhar lançado sobre as gramáticas focará o campo das definições, o dos exemplos e, no caso de gramáticas escolares, também o campo dos exercícios, porque se entende constituírem esses três espaços possibilidades de apreensão dos pontos de deriva na tentativa de regularização. Identificados esses pontos, o estudo levanta possibilidades de deslocamento da abordagem dessas categorias, da gramatical para a discursiva. Paralelo a isso constitui-se um arquivo com enunciados produzidos no campo da mídia, nos quais as categorias gramaticais em questão chamam para um tratamento não limitado à classificação, porque constitutivas de lugares de interpretação. **RESULTADOS:** A noção de determinação pode ser explicitada a partir de Orlandi (1996, p.20), para a qual “a linguagem é um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que a materialidade impede que o sentido seja qualquer um,” delineando-se um embate constante entre o fechamento do sentido e sua abertura, num movimento que vai da determinação à indeterminação. Vale sublinhar que tal movimento é contínuo, ora tentando segurar uma determinada interpretação em uma rede de filiações, ora convivendo com sua tentativa de escape. E, o mais importante, é que esse movimento é tecido na própria materialidade lingüística, deixando nela rastros que possibilitam ao analista refazer os processos discursivos, formulando as alianças e embates. Porque os sentidos não estão postos de antemão, são as condições históricas que os tornam possíveis, não a partir de um



determinismo fechado, mas na perspectiva da determinação derivada dos diferentes modos como os sujeitos se relacionam com as condições de produção dos fatos de língua. Considerar tais condições diz respeito à exterioridade que faz com que um discurso seja o que é: tecido histórico-social que o constitui (MALDIDIER, 2003, p. 23), e, em decorrência disso, a língua significa a partir de condições reais de uso, diversas a cada época e também em uma mesma época. Desse modo, a noção de historicidade, basilar na abordagem discursiva, dá conta de fatos que reclamam sentidos, no confronto que sujeitos e sentidos tecem no interior de uma determinada Formação Discursiva (FD) e no embate entre diferentes FDs. Esse modo de pensar rompe com o efeito de totalidade que as gramáticas produzem, na tentativa de enquadrar todos os fatos, via classificações, subclassificações e, inclusive, nas formulações do que escapa à regra - a exceção. CONCLUSÕES: O estudo possibilitou, até aqui, a análise de enunciados que recortam a função determinativa dos artigos, partindo da Gramática Filosófica de Soares Barbosa (1875), passando pela Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima (2000) e chegando ao Curso de Gramática Aplicada aos textos, de Ulises Infante (2003). Nesse trajeto constatou-se, já em Soares Barbosa, a remissão a um espaço que sobrepuja os limites da língua, porque possibilita que sejam considerados enunciados que se inscrevem em fronteiras-limite, porque não redutíveis a axiomas. Da mesma forma, enunciados tidos como universais podem ser desconstruídos em seu pretensão fechamento, na reconstituição da singularidade que os inseriu na ordem do repetível. Já em Rocha Lima, o artigo funciona como vetor que traça os limites da determinação e da indeterminação, estando apenas na primeira a possibilidade do espaço de subjetividade, localizado no âmbito da enunciação. O exterior da língua surge, ali, a partir de uma delimitação, corroborada pelos exemplos fornecidos. Em um outro lugar da contemporaneidade, a gramática escolar, representada, neste estudo, pelo Curso de Gramática Aplicada aos Textos, de Ulisses Infante (2003), constatou-se que embora haja uma recorrência em relação à posição de Rocha Lima na distinção definidos/indefinidos, os exercícios são lugar para a possibilidade de vazão dos sentidos, na medida em que consideram outras possibilidades de significação instituídas pelos artigos, quer sejam definidos ou indefinidos. Disso decorre a noção de que a língua não é um todo, mas matéria cuja única possibilidade de plenitude é o vazamento: tal qual uma rede, os espaços entre os fios tramados é o que funda sua razão de ser. E os “furos” emergem sob a forma das realizações não previstas, aquelas que causam o estranhamento primeiro, porém, tão logo assimiladas, ainda que não no espaço da oficialidade (o do dicionário, da gramática), atestam que seu lugar esteve sempre previsto, na própria estrutura da língua: “o campo do interdito na linguagem é estruturalmente produzido pela língua, do interior dela mesma. Pensar o equívoco como constitutivo da língua justifica por que ele não é responsabilidade de um sujeito supostamente desconhecedor do idioma que lhe pertence. A partir dessas reflexões entende-se que essa proposição de pesquisa justifica-se, entre outros aspectos, por fornecer instrumental teórico possível de embasar práticas que efetivamente rompam com a limitação ao estudo de regras e de categorias classificatórias no trabalho com Língua Portuguesa, de modo mais específico no Ensino Médio. A referida proposição, pensada para ser aplicada em âmbito laboratorial em alguns componentes curriculares do Curso de Letras, poderá servir, também, como aparato teórico-metodológico na formação dos professores de língua portuguesa, derivando, inclusive, possibilidades de pesquisa em nível de graduação e de



pós-graduação. E, acima de tudo, constituirá importante contribuição para o campo conceitual da AD francesa no Brasil, que até então não tem como marca essencial a aplicabilidade ao ensino.

<sup>1</sup> Pesquisa Institucional

<sup>2</sup> Professora pesquisadora da UNIUI